

ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A RESISTÊNCIA DA LÍNGUA GUINEENSE NO LICEU PADRE LEOPOLDO PASTORI DE BAFATÁ- GUINÉ- BISSAU

Vanessa Rodrigues Fuma¹

Gislene Lima Carvalho²

RESUMO: A Guiné-Bissau é um país com um vasto leque de variedades linguísticas, um aspecto que reflete no seu sistema de ensino de línguas. Levando em consideração esta característica linguística da Guiné-Bissau, procura-se, com este trabalho, compreender a resistência da língua guineense (Língua nacional do país) na escola Padre Leopoldo Pastori diante de ensino da língua portuguesa. Esta escola que se situa na zona leste do país, concretamente na região de Bafatá. Para realização deste trabalho, baseou-se no método qualitativo de caráter teórico-bibliográfico, com traço exploratório. Para coleta de dados, adotou-se o questionário, que foi aplicado por quatro (4) professores da escola Padre Leopoldo Pastori. O formulário foi composto por sete (7) questões abertas. As discussões que sustentam as argumentações foram alicerçadas nos trabalhos de Abdula, Timbane e Quebi (2017), sobre as políticas linguísticas nos PALOP; Antunes (2003), Couto e Embaló (2010), Cá (2015), que tratam da língua e de língua portuguesa., dentre outros trabalhos. Os resultados desta pesquisa mostram que a língua guineense tem espaço na escola Padre Leopoldo Pastori e por ser o principal meio de comunicação no seio da população guineense, ela se resiste nos espaços escolares, justamente pelo fato dos estudantes não terem domínio da língua portuguesa e muitos não se comunicarem com ela em casa. Após as análises das informações obtidas, conclui-se que a língua guineense possui um papel fundamental na sociedade, pois é uma das línguas mais íntimas para os guineenses, na qual se entendem no apaziguamento de um conflito, nos debates e nas parcerias. Por este motivo, ela segue presente nos espaços escolares, apesar da proibição de uso, o que demonstra sua resistência diante do ensino da língua oficial.

Palavras-chave: ensino do português; língua guineense, resistência, Guiné-Bissau.

Rezumu: Guine-Bisau, i ta trata di un país ku un garandi numeru de diferentis tipos de lingus, un aspektu ku ta reflekti na si sistema di nsinu di lingus. Na kontu ku es karekteristika linguistika di Guine-Bisau, es tarbadju buska mostra i kumprindi situason di rizistensia di lingu guiniensi (Lingu nasional di país) na nsinu di lingu portuguis, i tene suma rekorti skola Padre Leopoldo Pastori, situadu na zona lesti di país, konkretamenti na rigion di Bafata. Pa realizason di es tarbadju, i baziaadu na metudu kualitativu di karater teoriku-bibliografiku, ku trasu sploratoriu. Pa koleta di dadus, i opta pa quistionariu ku aplikadu ku pursoris di skola Padre Leopoldo Pastori. Diskusons ku sustenta argumentasons i baseadu na tarbadjus di Abdula, Timbane ku Quebi (2017), ku tené suma titulu: as políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno; Antunes (2003), aula de português: encontro e interação; Couto e Embaló (2010), Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau; Cá (2015), Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau i ku utrus tarbadjus. Rezultadus di es pesquisa mostra kuma lingu guiniensi tene un spaso na skola Padre Leopoldo Pastori, pabia el i prinsipal meidi kumunikason di pupulason guiniensi i tá rizisti na spalus skolar, djustamenti pabia di kuma studentis ka muito pudi papia lingu purtuguis i manga di elis ka ta papial na kasa. Dipusdi anliza informason ku consiguidu, i tchigadu konkluson di kuma lingu guiniensi i tené papél importanti na sosiadadi, pabia i un dus lingus mas intimu pá guiniensis, pabia i ku el ku e ta ntindi nghutru na paziguamentu di prublema, na dibatis e na parserias. Pabia des motivu ku pui i continua manti prizenti na spalus escolaris, muito embora i tem proibison de papial,

¹ Graduanda do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. E-mail: rodriguesfevanessa@gmail.com

² Docente do curso de Letras Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. E-mail: gislenecarvalho@unilab.edu.br

ké ku tá mostra si rizistensia dianti di nsino di lingu oficial.

Palabras-tchabi: nsinu di purtuguis; lingu guiniensi; rizistensia, Guiné-Bissau.

1 INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau é um país com uma vasta riqueza no âmbito linguístico. Embora, dentro deste cenário, a língua portuguesa, que é fruto da herança colonial, se destaque como a língua oficial e de prestígio neste país. O português sendo única língua oficial no país, o uso dela é obrigatório em todas as sessões do trabalho de todos os órgãos da soberania do país, nas instituições, nos documentos oficiais e nas escolas, como prevê a Lei nº 7/2007 de 12 de novembro, no seu art. 2º, que diz sobre obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos espaços escolares. Diante disso, este trabalho traz um estudo sobre a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa exigida no ensino guineense e a resistência³ da língua guineense que ocupa a posição da língua nacional e dominante em número de falantes no país. Para isso, este trabalho se delimita na região de Bafatá, setor de Bafatá, concretamente no liceu Padre Leopoldo Pastori.

A região de Bafatá trata-se de uma das oito (8) regiões de Guiné-Bissau, situada no leste do país. A escola Padre Leopoldo Pastori se designa de liceu (Ensino Médio), pois abrange os níveis secundários da escolarização, isto é, do 7º ano ao 12º ano de escolaridade. Vale salientar que esta escola é de cunho particular, pertencente à igreja católica, especificamente à Diocese de Bafatá. Destaca-se que a escola agrega diferentes grupos étnicos, linguísticos e religiosos.

Conveniente aos nossos objetivos, de partida elaboramos algumas questões que ao longo da pesquisa responderemos embasados tanto nas respostas empíricas, como nos referenciais teóricos desta pesquisa. De forma geral, questiona-se como ocorre a resistência da língua guineense no espaço escolar, uma vez que a língua portuguesa é a única língua oficial e do ensino? E, de modo específicos, elaboramos três perguntas, que foram construídas das seguintes maneiras: qual o espaço da língua portuguesa no processo de ensino-aprendizagem na Guiné-Bissau? Como se vê a presença da língua guineense no ambiente escolar? E, por último, quais aspectos que levam a língua guineense a resistir no espaço escolar? Com isso, estas são as questões que ao longo da nossa pesquisa procuraremos evidenciar com base nos objetivos pretendidos.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo geral compreender a resistência da língua guineense na escola padre Leopoldo Pastori diante do ensino da língua portuguesa. E como

³ Utilizamos resistência no sentido de que ainda que seja proibido o uso da língua guineense, ela permanece sendo utilizada nos espaços escolares por ser ela a língua de identidade dos estudantes e professores.

objetivos específicos: descrever o contexto de ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau; analisar a presença da língua guineense no espaço escolar e entender os aspectos da resistência da língua guineense diante da língua oficial portuguesa.

A escolha do tema deste trabalho se deu por justificar a visão da pesquisadora sobre a presença da língua guineense no sistema educativo da Guiné-Bissau, particularmente no Liceu Padre Leopoldo Pastori de Bafatá, onde frequentou o ensino secundário. Além disso, o tema foi escolhido porque há uma discrepância entre o que está estabelecido na lei que concebe a língua portuguesa como língua de ensino na Guiné-Bissau e a realidade linguística do português na realidade sociocultural do povo guineense. Justifica-se por possibilitar um estudo acerca da resistência de uma língua não oficial em um espaço restrito, em uma sociedade multilíngue e assim refletir acerca de uma intervenção de forma mais adequada e justa na construção de políticas linguísticas a serviço da sociedade guineense.

Deste modo, por ser um tema que merece atenção e a preocupação do Estado guineense e sociedade em geral, torna-se necessário trabalhar esta pesquisa, pois poderá contribuir no desenvolvimento para um ensino contextualizado na Guiné-Bissau e na valorização da língua guineense, como também poderá auxiliar na fundamentação das pesquisas futuras acerca desta temática.

Este trabalho está dividido em três seções interligadas. A primeira trata da situação do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, nesta seção apresentamos o contexto da língua portuguesa na Guiné-Bissau de forma geral. A segunda seção aborda a presença da língua guineense no espaço escolar. A terceira seção fala dos aspectos da resistência da língua guineense na escola Padre Leopoldo Pastori, esta última seção destina-se à análise do ensino da língua portuguesa e a resistência da língua guineense na escola Padre Leopoldo Pastori a partir das respostas obtidas no questionário aplicado. Por fim, tecemos as considerações finais, seguidas das referências.

2 CONTEXTOS DA LÍNGUA PORTUGUESA E DA LÍNGUA GUINEENSE NA GUINÉ-BISSAU

Neste tópico, discutimos, alicerçada em alguns autores sobre o tema do nosso trabalho, acerca do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau e da presença da língua guineense neste espaço. Sendo assim, os autores que vão em consonância a esta temática e que nos auxiliaram na fundamentação deste trabalho são: (Abdula, Timbane e Quebi, 2017), (Antunes, 2003), (Cá, 2015), (Couto e Embaló, 2010), (Embaló, 2008), (Encanha, 2018), (IÉ, 2022), (Grosso, 2010), (Namone e Timbane, 2018) e (SALDANHA, 2019). Por outro lado, trabalhamos com

informações oficiais e documentos como: (INE 2009), (Lei nº 7/2007 de decreto de 12 de novembro, Guiné-Bissau). Dessa forma, busamos demonstrar, de maneira contextualizada, a situação do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau e a presença da língua guineense no espaço escolar.

2.1 A língua portuguesa na Guiné-Bissau

Para que o nosso leitor entenda a questão da língua portuguesa na Guiné-Bissau, é importante apresentar uma breve contextualização histórica do país e da língua portuguesa no mesmo contexto, para melhor compreender a realidade que se passa hoje. A Guiné-Bissau é um país pequeno, situado na costa ocidental da África, com uma superfície territorial de 36. 125 Km² e uma população de aproximadamente 1.500.000 habitantes. (COUTO; EMBALO, 2011, p.28).

A antiga Guiné portuguesa, que atualmente se chama da Guiné-Bissau, passou sob a colonização europeia que teve a duração de 5 séculos (1446 a 1973), na qual Portugal esteve em domínio do país. O país teve sua independência em 24 de setembro de 1973, porém os portugueses só vieram a reconhecer a derrota em 1974, um ano depois, após a revolução de 25 de Abril de 1974, mais conhecida como a revolução dos cravos. (SALDANHA, 2019, p.11).

Durante os 5 séculos da colonização que se passou, os portugueses conseguiram não só explorar o território, como também expandiram a língua portuguesa nos países em que dominavam (Angola, Guiné-Bissau, São-Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo-Verde). No processo da expansão da língua portuguesa nesses países, existia uma política de imposição da língua portuguesa e, por outro lado, o menosprezo e a desvalorização às línguas africanas. No entanto, foi nesse processo da imposição do uso da língua portuguesa que se passou a distinguir o africano do tipo assimilado e não assimilado. Sobre isso, Absula, Timbane e Quebi (2017) explicam que:

Essa política linguística colonial dividia os africanos em dois grupos: os assimilados e os não-assimilados ou indígenas (resto da população pobre, analfabeta). Esta questão de ‘assimilado’ é muito interessante para ser debatido nesta pesquisa porque os “africanos assimilados” renegavam a sua própria identidade, sua cultura e sua língua, quer dizer, passando a se identificar com a cultura europeia/portuguesa do colonizador. Quem tinha acesso a esta formação eram os ‘assimilados’, porque deviam servir às instituições da administração colonial. (ABDULA; TIMBANE; QUEBI, 2017, p. 10)

Por efeito disso, os africanos assimilados tinham mais domínio na língua portuguesa, pois eram eles que colaboravam na administração da época colonial, ao contrário dos não assimilados que sofriam com o sistema colonial e eram silenciados. Logo, podemos perceber

que a língua portuguesa se instaurou na Guiné-Bissau devido ao período colonial, através de políticas de imposição que desvalorizavam as línguas locais, ou seja, podemos dizer que ela não é nada mais que uma herança colonial, e que foi oficializada no país após a independência da Guiné-Bissau como uma decisão política, sem levar em conta a língua em uso na sociedade.

Para Zamparoni (2002 *apud* NAMONE; TIMBANE, 2018, p.13), o colonialismo deixou uma ideologia que estigmatizou as línguas locais, em que se consideravam essas línguas como dialetos, das quais seus falantes eram perseguidos, desprezados, reprimidos e castigados, vistos como selvagens, ou seja, só eram consideradas línguas aquela dos colonizadores.

Por conseguinte, a língua portuguesa se tornou a única língua oficial do país após a independência e assim segue na atualidade. Devido a isto, também é considerada como a única língua do ensino e de trabalho desde então. Porém, percebe-se que o olhar de inferioridade construído no colonialismo teve domínio na própria população guineense, em que a própria sociedade, especialmente os governantes, também vê as línguas locais com um olhar de menosprezo. A Constituição guineense, por exemplo, não traça nenhuma política de direitos linguísticos sobre as línguas nacionais. Assim, o português continua sendo a língua de maior prestígio nessa sociedade. Diante disso, é relevante ressaltar que esta visão reflete até os dias atuais, ou seja, os estereótipos coloniais contra as línguas locais continuam a ser reproduzidos nesse país e a língua portuguesa permanece como língua de privilégio na sociedade e na escola, onde o uso é obrigatório.

A obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nos espaços escolares está prevista na Lei nº 7/2007, de decreto de 12 de novembro, no seu art. 2º. Ainda no mesmo artigo, alínea b) e c) do nº 3, determina que o uso língua portuguesa é obrigatório nos espaços escolares, nos recintos escolares, pelos professores dentro e fora da sala de aula. Todavia, é notável as dificuldades que os alunos têm na oralidade da língua portuguesa, pois a maior parte da população tem-na como a língua adicional (LA), pois poucas famílias se comunicam em português nos seios familiares e a maioria das crianças são alfabetizadas em uma língua que nem sequer conhecem antes de entrar na escola (língua portuguesa).

Por outro lado, é importante dizer que a Guiné-Bissau é um país que apresenta heterogeneidade em termos linguísticos. Como pontuam Couto e Embalo, (2010, p.28), são faladas cerca de 20 línguas étnicas no território guineense⁴, porém é difícil encontrar os dados oficiais sobre a distribuição étnica depois de 1991. Não obstante, além das línguas étnicas, convive no mesmo espaço a língua que unifica toda a nação, que é a língua guineense (Kriol) e

⁴ Balanta, Pepel, Manjaco, Fula, Mandinga, Felupe, Bijagós, Mancaha, Nalu, Beafadas, Seraculês, Mansonca, dentre outras.

esta é a língua mais falada no país, pois é a única que consegue unir todas as etnias e é a língua materna de uma parte significativa da população guineense.

Sobre a língua materna, segundo Gass; Selinker (2008 *apud* BENTO, 2013, p.3):

A língua materna (LM), é aquela que é adquirida primeiramente é através da qual o ser humano se expressa de forma natural e compreende o meio envolvente. Além de ser o primeiro sistema linguístico de socialização da criança adquirido em contexto familiar, ela constitui também um elemento de identidade e proporciona ao indivíduo um sentido de pertença a um determinado contexto cultural e social. {...}

No caso da Guiné-Bissau, a língua portuguesa é a primeira língua de uma parte significativa da população, assim como as línguas étnicas. O português poucas vezes exerce papel de primeira língua entre os guineenses. Por exemplo, quando uma criança nasce da etnia Balanta e seus pais falam a língua Balanta com ela, certamente essa criança terá a língua Balanta como a sua primeira língua, o que designamos de língua materna (LM).

Contudo, dentre estas línguas, guineense, étnicas e português, a única que tem o status da oficialidade e do ensino na Guiné-Bissau é a última, porém é uma língua que está distante da realidade de várias famílias guineenses. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas⁵ (INE, 2009, p. 36) “O crioulo é o principal meio de comunicação no seio da população. Com efeito, esta língua é utilizada por 90,4% da população em estudo (quadro 6). A população que sabe falar a língua portuguesa corresponde a 27,1%, {...}”. Os dados do Censo apresentados demonstram a disparidade em relação ao uso das línguas portuguesa e guineense na Guiné-Bissau, fato que influencia no ensino de línguas deste país.

Até aqui, percebe-se uma realidade de ensino guineense muito complexa, em que muitas vezes as crianças entram em contato com o português apenas na escola, isto é, para muitas crianças guineenses, o português é a língua de alfabetização. Embora, ao longo desse processo de ensino, muitos alunos não consigam ter um domínio avançado na língua portuguesa.

Além da questão sobre o uso de uma língua adicional para a educação, destacamos o fato de que o ensino de língua portuguesa na Guiné-Bissau não prioriza a oralidade, mas centra-se no ensino de regras gramaticais. Sobre isso recorro às proposições de Irandé Antunes (2007, p. 53), quando afirma que se língua e gramática não se equivalem, saber gramática não é suficiente para uma atuação verbal eficaz. De fato, um dos maiores equívocos consiste em se acreditar que o conhecimento da gramática é suficiente para se conseguir ler e escrever com sucesso os mais diferentes gêneros de texto, conforme as exigências da escrita formal e

⁵ Instituto Nacional de estatística (INE) é o órgão responsável pela informação estatística oficial da república da Guiné-Bissau.

socialmente prestigiada. Um ensino focado apenas na gramática no contexto da Guiné-Bissau, sem recorrer à língua materna do estudante pode trazer complicações no ensino da língua oficial.

Diante do exposto, é possível entender que, embora seja importante aprender a gramática, esta não é o suficiente para todo o ensino, principalmente na oralidade. Dessa maneira, a língua do ensino precisa ser uma língua na qual o aluno possa compreender, se expressar naturalmente e sem receios. E no caso, a gramática entra como um elemento complementar. No entanto, na Guiné-Bissau existe a imposição do uso apenas da língua portuguesa no ensino e não é dado valor as suas línguas étnicas e a língua nacional. Isso poderá impossibilitar o bom desempenho do aluno, a assimilação do conteúdo visto que falar a língua portuguesa não faz parte do uso diário da população. Por estes motivos, podemos supor que a língua guineense, língua materna, resiste nos espaços escolares. Para verificar este fato, situaremos a pesquisa em uma escola específica. À vista disso, no tópico a seguir abordaremos como ocorre a presença da língua guineense nos espaços escolares.

2.2 A presença da língua guineense no espaço escolar

A língua guineense é a língua nacional da sociedade guineense. De acordo com Djaló, (2023, p.43), a língua nacional é uma língua falada pela maioria da população de um determinado território. Normalmente, é a primeira língua dos seus usuários e é também a língua oficial do território. Nesse contexto, é também a língua valorizada pelo Estado e, por ser reconhecida como língua oficial, também é empregada no ensino. Não obstante, existem realidades específicas, assim como acontece na Guiné-Bissau, em que a língua guineense, embora seja a língua nacional do país, não contém nenhum status de oficialidade nesse país, ou seja, o Estado não prevê nenhum planejamento linguístico na constituição sobre esta língua. O que difere dos outros países, por exemplo: Brasil, Japão, Itália e Portugal, onde a língua nacional é também oficial.

Neste trabalho, optamos por utilizar o termo língua guineense a fim de valorizar e respeitar essa língua. Conforme Cá (2015)

A escolha do nome Guineense para designar a língua crioula da Guiné-Bissau, termo já utilizado por Marcelino Marques de Barros em 1897, ajudará a respeitar melhor o estatuto desta língua, verdadeiramente nacional, veicular e inter-étnica, e a evitar a conotação depreciativa que o termo crioulo tem ainda no país e no mundo. Scantamburlo (CÁ, 2015, p. 73)

Para Embalo (2008, p. 102), a língua guineense é uma língua de base portuguesa, porém

tem sua gramática e léxico próprios. Ela surgiu da relação da língua portuguesa com as línguas locais (línguas africanas) e teria se formado entre os finais do século XVI e o começo do século XVII. De maneira oposta, no trabalho de Namone; Timbane (2018, p. 15), os autores afirmam que a língua guineense tem base nas línguas africanas e que a influência da língua portuguesa limita-se a elementos lexicais.

Perante o exposto, percebe-se que há uma discordância entre os autores acima citados. Porém no nosso trabalho concordamos com (NAMONE; TIMBANE, 2018, p.15), na concepção de que a língua guineense é uma língua de base nas línguas africanas mas que sofreu influência do português, como qualquer outra língua poderia sofrer alguma influência pelo contato, ou seja, é uma língua formada pela contribuição lexical do português e contribuição gramatical de várias línguas africanas falada na região da África Ocidental.

Devido à semelhança com as línguas que entraram em contato, o guineense passou a ser visto de forma estigmatizada, conforme discutido anteriormente, como explica Embalo (2008, p.103):

{...}, o *kriol* desenvolveu-se fundamentalmente nos centros urbanos. A partir dos anos vinte do século XX ele começou a ser estigmatizado e a sua utilização acabou por ser interdita pelas autoridades coloniais, o mesmo acontecendo com as línguas das comunidades etnolinguísticas. O *kriol* passou a ser visto como uma língua de “não civilizado” é aquele que falasse português era considerado “civilizado”.

No entanto, certas dessas situações são verificáveis na sociedade guineense até hoje. O português continua a ser a língua de classe privilegiada na Guiné-Bissau, conseqüentemente, no entender de certas pessoas, o português está atrelado à inteligência ou intelectualidade, ou seja, muita vezes a sociedade deduz que as pessoas são inteligentes pela língua que fala e pelo status que ela traz. Entretanto, é indiscutível que a língua guineense é a língua materna ou a segunda língua, de maior domínio que a língua oficial, de boa parte da população guineense.

De acordo com Grosso (2010, p.63), “o conceito da língua materna faz alusão a língua da primeira socialização, que tem geralmente a família como principal transmissor”. Mesmo assim, a língua guineense mesmo sendo a língua materna de uma parte significativa na sociedade guineense está excluída do ensino guineense, e como havia mencionado, não existe nenhuma menção à política linguística traçada na constituição guineense ou em outro documento oficial sobre esta língua.

Segundo Embalo (2008, p.101), “A língua franca é o crioulo guineense”. Nesse sentido, nota-se que a língua guineense é a língua de união nacional entre os falantes dos diferentes grupos étnicos, pois as outras línguas étnicas unem grupos étnicos específicos e, embora a

língua guineense não possui nenhum status oficial no país, é utilizada informalmente nos negócios, nas reuniões da Assembleia Nacional Popular, nos hospitais, nos ministérios do país e outras instituições.

Nos espaços escolares, é proibido o uso da língua guineense, mas nunca deixou de estar presente, ainda que existam proibições do seu uso nas escolas, como afirma Encanha (2018, p.3), “o ensino da língua portuguesa é obrigatório na Guiné-Bissau em todas as instituições escolares do país”. Todavia, existe uma diferença entre o que prevê a lei e a realidade dos alunos, não obstante essa realidade não acontece só com os alunos, mas também com os próprios professores, conforme veremos adiante, pois, às vezes, os próprios professores utilizam a língua guineense no momento da explicação do conteúdo, sendo a ferramenta para fazerem os alunos entenderem um determinado assunto.

Portanto, a língua guineense é fundamental nessa sociedade, pois é uma das línguas mais íntimas entre os guineenses, no qual se entendam no apaziguamento de um conflito, nos debates e nas parcerias. E nos espaços escolares ela está presente dia-após-dia, pois acaba desempenhando a função que a língua portuguesa deveria desempenhar nesse ambiente, possibilitar o aprendizado.

No tópico a seguir, apresentaremos detalhadamente os caminhos percorridos para realização deste trabalho, ou seja, a metodologia que utilizamos para consecução deste trabalho.

3 METODOLOGIA

Neste tópico, detalhamos os procedimentos metodológicos da nossa pesquisa, ou seja, trataremos os métodos de abordagem e o tipo de pesquisa, a delimitação do universo e amostra e os procedimentos de coleta e de análise de dados. Para isso, escolhemos alguns autores que já falaram dos métodos nos quais nossa pesquisa se enquadra, tais como: (Creswell, 2007), (Gerhard; Silveira, 2009) e (Gil, 2008). Sendo assim, procuraremos trazer todos os elementos necessários, com base nas nossas metodologias, a fim de encontrarmos as informações que pretendemos na nossa pesquisa.

3.1 Métodos de abordagem e tipo de pesquisa

Para realização deste trabalho optamos por uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico com traço exploratório. Segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa deve utilizar diferentes fontes de conhecimento. O potencial desse modelo metodológico está em analisar diferentes materiais de análise numa só articulação. Além disso, visa também adquirir

um conhecimento amplo do assunto. Assim, realizamos, inicialmente, a pesquisa bibliográfica. Segundo Gerhard; Silveira (2009, p.69), esta baseia-se em fontes bibliográficas, isto é, os dados são obtidos a partir de obras escritas, portanto, de uma modalidade específica de documentos, que são materiais escritos, impressas em editoras, comercializadas em livrarias e classificadas em bibliotecas. Com isso, utilizamos os livros, artigos científicos e as revistas para encontrar o resultado deste trabalho de pesquisa. Para obter o acesso dos documentos destacados de antemão, utilizamos o google acadêmico & Scielo como sendo bibliotecas virtuais. Quanto à pesquisa exploratória, (Gerhard; Plageder, 2009, p. 35) definem que esta pesquisa objetiva criar grande familiaridade com o problema de pesquisa, com intuito a deixá-lo mais claro.

Como instrumentos, utilizamos questionários para coleta de dados. De acordo com Segundo Gerhard; Silveira (2009, p.69),

É um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador. Objetiva levantar opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que quem vá responder compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Portanto, essa técnica de coleta das informações possibilitou uma abordagem clara sobre a análise da resistência da língua guineense no contexto escolar, sua proximidade com as contradições políticas e sociais. A realização do questionário se deu de maneira virtual, por meio do formulário do Google e via whatsapp com professores que atuam na escola na qual foi realizada a pesquisa.

3.2 Delimitação do universo e amostra

O universo da pesquisa foi constituído pelas informações oriundas dos questionários aplicados aos professores da escola Padre Leopoldo Pastori. Especificamente, questionamos quatro (4) professores desta escola, por ser a única escola que fizemos análise na nossa pesquisa ou traçado nos nossos objetivos. Tratamos de questões recorrentes à realidade das escolas guineenses e principalmente dessa escola em específico. As questões que incorporam o questionário virtual foram de forma aberta. A partir destas, procuramos averiguar informações mais abrangentes acerca do uso da língua guineense no espaço escolar. Alinhando à proposição do Gil (2008), este tipo de questão viabiliza que os intervenientes ofereçam suas próprias respostas.

As informações dos questionários nos auxiliaram na comprovação dos fatos averiguados deste trabalho, pois foram evidenciadas pelos professores que viveram a realidade da própria

escola. Porém, é importante lembrar que todos esses elementos são possíveis evidências e poderá ajudar na compreensão da realidade do ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, como também pode servir na fundamentação dos outros trabalhos deste gênero.

A tabela a seguir traz uma breve descrição dos professores entrevistados. Ela contém identificação, nível de ensino e a disciplina ministrada pelo participante. Quanto à identificação, para preservarmos a identidade dos nossos questionados, decidimos criar códigos para representar cada interrogado. Estes serão nomeados por P1, P2, P3 e P4 (primeiro professor, segundo professor, terceiro professor e quarto professor). Por outro lado, decidimos trabalhar com professores de outras áreas, como matemática e história, visto que são disciplinas cujo explicação do conteúdo utiliza-se a língua portuguesa.

Tabela 1: perfil dos participantes

Nome	Nível de Ensino	Disciplina
P1	8º ano	Matemática
P2	12º ano	História
P3	12º ano	Língua-portuguesa
P4	11º ano	Língua-portuguesa

Fonte: elaborada pela autora

Considerando os contextos sociais e as vivências dos próprios sujeitos como elementos fundamentais para compreensão da resistência da língua guineense na escola, procuramos formular questões ligadas ao nosso foco, considerando questões referentes à exigência da língua portuguesa nesta escola, obrigatoriedade do português, como foi mencionado na Lei nº 7/2007 de decreto de 12 de novembro no seu art. 2º alínea b) e c) do nº 3, que traça o uso da obrigatoriedade da língua portuguesa nos espaços escolares, nos recintos escolares, pelos professores dentro e fora da sala de aula e dentre outras questões importantes para podermos compreender os problemas apresentados nesta pesquisa. Assim, o questionário estava composto das seguintes questões.

1. A língua guineense é falada diariamente na escola PLP?
2. Se a sua resposta da questão 1 for sim, fale em quais aspectos que leva a língua guineense a resistir na escola Padre Leopoldo Pastori! Aponte em quais situações a língua guineense é utilizada e quais as motivações para seu uso.

3. Como professor da escola PLP, em algumas situações na sala de aula utilizou-se a língua guineense como auxílio na explicação do conteúdo?
4. Justifique sua resposta à questão anterior!
5. A escola exige dos alunos e professores o cumprimento do decreto 7/2007, de falar apenas a língua portuguesa no ambiente escolar?
6. Justifique sua resposta à questão anterior!
7. Como professor/a dessa instituição, faz uma análise de comparação entre a língua portuguesa e a língua guineense e o papel de cada uma no ambiente escolar.

Apresentados os procedimentos metodológicos, no tópico a seguir faremos análise das respostas em busca de alcançar nosso objetivo geral, a fim de podermos compreender quais os aspectos da resistência da língua guineense na escola Padre Leopoldo Pastori.

4 ASPECTOS DA RESISTÊNCIA DA LÍNGUA GUINEENSE NA ESCOLA PADRE LEOPOLDO PASTORI

Nesta pesquisa, buscamos evidenciar e compreender a situação da resistência da língua guineense no ensino em língua portuguesa, tendo como recorte a escola Padre Leopoldo Pastori, situada na zona leste do país, concretamente na região de Bafatá. Considerando as respostas dadas aos questionários, é possível evidenciar a situação que leva a língua guineense a resistir na escola Padre Leopoldo Pastori.

De acordo com as respostas que tivemos dos nossos participantes sobre a nossa primeira questão: *“a língua guineense é falada diariamente na escola Padre Leopoldo Pastori?”* Os quatro participantes deram a mesma resposta, nesse caso todos disseram *“sim”*.

Diante do exposto, podemos assentar que a língua guineense continua resistindo na Escola Padre Leopoldo Pastori, comprovamos, com as respostas dadas a essa primeira questão, nossa hipótese de que apesar da proibição, a língua guineense segue sendo utilizada no espaço escolar, já que todos os quatro professores disseram que a língua guineense é falada diariamente nesta escola.

Nas respostas à segunda questão, isto é, *“se a sua resposta da questão 1 for sim, fale quais aspectos que levam a língua guineense a resistir na escola Padre Leopoldo Pastori! Aponte em quais situações a língua guineense (crioulo) é utilizada e quais as motivações para seu uso.”* O P1 relata que:

Isso tem a ver com falta de uma política de incentivar os estudantes a falarem a língua portuguesa e também os professores muitas das vezes falam a língua crioula na sala de aula ou no recinto escolar. Por outro lado, todo esse fracasso para mim deve-se a

falta de um currículo adequado a nossa realidade e também falta de ensinar a língua portuguesa como a segunda língua.

Na sequência, o P2 fala que *“a língua crioula se resiste na escola Padre Leopoldo Pastori porque a maioria das pessoas não têm hábito de falar língua portuguesa em casa, por isso que na escola é difícil deixar de falar a língua crioula.”* Ainda o P3 diz que *“isso só acontece no momento de intervalo. A motivação foi que eles se sintam mais a vontade de expressarem ou exprimirem os seus pensamentos.”* E, por último, o P4 mostra que

A questão fundamental é que a língua guineense é a língua materna da maioria esmagadora das crianças da escola, é a língua mais falada no território nacional. Sendo a língua materna das crianças, o seu uso é quase que automático. O seu uso acontece mais nos momentos de recreio e, em muitos casos, é a língua de intercomunicação entre os professores e os alunos, nos momentos em que o professor achar oportuno.

Com base nas respostas obtidas na segunda questão, observa-se opiniões diversas nas respostas dos professores. O P1 defende o uso da língua portuguesa em sala de aula e a criação de políticas para isso. Por outro lado, o P2 apontou razões que levam a língua guineense a resistir na escola Padre Leopoldo Pastori. Para este, a língua guineense continua resistindo neste estabelecimento escolar porque a maioria dos alunos não tem o hábito de falar a língua portuguesa em casa. De maneira oposta, P3 nega o uso da língua guineense na sala de aula, mas concorda que os alunos se comunicam com ela após o intervalo, pois eles se sentem mais à vontade quando se comunicam. O P4, apesar de ter apresentado os motivos que levam a língua guineense a resistir nessa escola, que é o facto de ela ser uma língua de base familiar da maioria dos guineenses, acredita que o uso dela acontece mais nos momentos de recreios ou intervalo. Acrescenta, ainda, que a língua guineense é a língua de intercomunicação entre os professores e alunos na sala de aula num momento que o professor achar oportuno. As respostas a esta questão comprovam nossas hipóteses, visto que a utilização unicamente da língua oficial, conforme o decreto, dificultaria o entendimento por parte dos estudantes.

Diante disso, nota-se que, apesar de alguns apontarem os motivos da resistência da língua guineense no espaço escolar, nem todos concordam com o uso da língua guineense na sala de aula. Sobre isso, interessante a fala do P3 na resposta a esta questão, quando diz que, *“isso só acontece no momento de intervalo. A motivação foi que eles sintam mais a vontade de expressarem ou exprimirem os seus pensamentos.”*

Com base na fala desse professor, percebe-se que, apesar dele ter afirmado que na sala de aula falam o português, fica claro que os alunos não se sentem confortáveis ao falarem a língua portuguesa no momento da aula, uma vez que ele afirma em seguida que quando saem da sala de aula sentem mais livres ao expressarem os seus pensamentos. O que podemos inferir,

portanto, é que na sala de aula os alunos não conseguem interagir com o professor ou com a escrita, isto é, ficam numa posição de escuta e com receios de compartilhar suas ideias, porque não têm domínio do português e se sentem cobrados ao cumprimento do decreto que prevê o uso exclusivo da língua portuguesa no ensino.

Observa que esse tipo de ensino em que a língua não cumpre o propósito de cooperação entre duas ou mais pessoas, é do tipo que não estimula uma aula interativa, como foi pontuado por Antunes (2003, p. 45), quando afirma, referindo-se à escrita que “a atividade da escrita é, então, uma atividade interativa de expressão, de manifestação verbal das ideias, informações, interações, crenças ou dos sentimentos que queremos partilhar com alguém, para, de algum modo, interagir com ele”. Para a autora, as palavras são apenas o material com que se faz a ligação de quem fala e quem escuta, quem escreve e com a pessoa que vai ler. Sendo assim, o não domínio da língua do ensino pode causar a incompreensão dos alunos com a matéria e limitar-se no ambiente da aula.

Quanto a nossa terceira questão, *como professor da escola Padre Leopoldo Pastori, em algumas situações na sala de aula utilizou-se a língua guineense como auxílio na explicação do conteúdo?* foram evidenciadas as seguintes respostas. O P1; P2; P3; P4 deram a mesma resposta, isto é, “sim”. Na quarta questão, *“justifique sua resposta à questão anterior”*, o P1 afirma que *“é para que os estudantes possam perceber claramente a matéria, porque compreendem mais a língua crioula.”* Em seguida, o P2 mostra que é *“porque só com a língua portuguesa muitos alunos não vão perceber o conteúdo tratado, é necessário usar a língua crioula para melhor esclarecer o assunto tratado.”* Por outro lado, o P3 diz que: *“o professor utiliza a língua guineense numa situação de levar os alunos a ter o mesmo nível de informação.”* Por fim, o P4 relatou que *“no meu caso, isso acontece poucas vezes, na medida em que eu passo mais tempo a falar português. Mas, muitos professores dão aulas na língua guineense e excluem praticamente o português como língua de ensino.”*

Referente à terceira questão, observa-se que há uma contradição na fala do P3 na resposta à segunda questão, pois tinha afirmado que não se faz uso da língua guineense na sala de aula, entretanto, na resposta à terceira questão vimos que todos os professores afirmaram que já fizeram uso da língua guineense na sala de aula, inclusive o P3, pois esta seria uma estratégia para a compreensão dos conteúdos abordados. Adentrando já na quarta questão, em que todos trouxeram suas justificativas referentes à questão anterior, é importante destacar que quase todos os professores deram a mesma resposta, demonstrando que o uso da língua guineense se faz presente na sala de aula com intuito de fazer os alunos compreenderem o conteúdo.

Entretanto, o P4 afirma que faz uso da língua guineense poucas vezes na sala de aula, e

ainda acredita que outros professores excluem praticamente a língua portuguesa no ensino. Diante disso, compreende-se o uso da língua guineense como estratégia que alguns professores relataram com o objetivo de fazer os alunos terem uma percepção da matéria, que provavelmente poderia gerar dúvidas se fosse feito apenas em português. Por outro lado, o P4 entende que isso pode ser visto como uma forma de excluir a língua portuguesa da escola ou da sala de aula, ou de não cumprir com a lei que comanda o uso da língua portuguesa no ensino. Entendemos, no entanto, que o uso da língua guineense com esta finalidade não exclui o uso da língua portuguesa no espaço escolar, pois acreditamos que o uso das duas línguas é algo benéfico para o ensino.

Na quinta questão, questionou-se *“A escola exige dos alunos e professores o cumprimento do decreto 7/2007, de falar apenas a língua portuguesa no ambiente escolar?”* A esta pergunta, três professores (P1; P3; P4) afirmaram que *“sim”*, exceto P2 que afirmou que *“não”*. Porém, nas justificativas, que seria a sexta questão, *“justifique sua resposta à questão anterior.”* Os participantes afirmaram as seguintes respostas. O P1 afirma que:

mais não é de uma forma rigorosa, por isso muitos falam o crioulo inclusive os professores. Mas, para mim isso não é razão focal para o fracasso da prática da língua portuguesa, esse, é o papel do nosso Estado, inclusive com a escola que deve lutar para mudar essa situação e também professores devem falar frequentemente na sala e no recinto escolar a língua portuguesa.

O P2 demonstrou o seu ponto de vista diferente dos outros na questão anterior. Sendo assim, mostra que *“porque na maioria dos alunos e professores não têm hábito de falar a língua portuguesa em casa como também na escola.”* O P3 explica que *“Tudo não é por causa da resistência de língua guineense, mas todos são exigidos para cumprimento.”* O P4 afirma que *“na região de Bafatá, conhecendo a realidade dos principais liceus, os professores do Liceu Padre Leopoldo Pastori fazem o uso aceitável da língua portuguesa.”*

Diante disso, percebe-se que alguns professores afirmaram que a escola exige dos alunos e dos professores o cumprimento ao decreto, que é do uso exclusivo da língua portuguesa, porém, só o P2 que discordou dessa opção. Entretanto, para justificar esta questão, que já é a nossa sexta questão, houve respostas diversas.

Nas respostas dadas a essa questão, é possível entender um cenário explícito com base nas falas do P1, P2 e P3, apesar das diversidades apresentadas em termos das respostas, todos acabam conciliando a mesma ideia, de que a língua guineense é falada na escola tanto pelos professores, como pelos alunos, embora eles tenham afirmado que a escola exige dos alunos e professores o cumprimento ao decreto. O que demonstra claramente que a língua guineense resiste fortemente nessa escola, assim como foi pontuado pelo P3. Porém, o P4 mostrou uma

ideia contrária, ele não só concordou que a escola exige dos alunos e professores o cumprimento ao decreto, mas também afirma que a língua portuguesa é falada nessa escola, embora, vale lembrar, que o P4 tinha confirmado na nossa primeira e terceira questões que a língua guineense é falada nessa escola.

A última questão trata de *“como professor/a dessa instituição, faz uma análise de comparação entre a língua portuguesa e a língua guineense e o papel de cada uma no ambiente escolar.”* Nessa questão, o P1 fala que *“a língua crioula e a língua portuguesa no meio escolar desempenham o mesmo papel que é de passar a informação, todavia o crioulo dá mais a compreensão.”* Em seguida, o P2 relata que *“todos têm importância, por exemplo a língua crioula ajuda na compreensão na explicação das matérias, ao passo que, a língua portuguesa, é uma língua oficial ou de trabalho, vai-nos permitir saber ler, falar e escrever.”* O P3 diz que *“a língua portuguesa tem um papel preponderante no ensino guineense. Contudo, o crioulo sempre tem influência no ensino. Mas, mesmo assim, a língua portuguesa está ganhando espaço.”* Por fim, o P4 afirma que

A língua portuguesa é a língua de ensino, a língua da ciência, ela é muito importante para o crescimento acadêmico e científico dos alunos guineenses. O seu domínio e uso efectivo são grandes desafios do sistema de educação guineense. A língua guineense, sendo a língua materna dos guineenses, em maior parte dos casos, é fundamental para situações de incompreensões. O seu uso deve ser estratégico para não excluir de todo a aprendizagem do português da parte dos alunos.

Em consideração a isso, podemos observar nas as respostas dadas por todos os professores nesta questão, que todos confirmam a presença da língua guineense no espaço escolar, embora demonstrem que a língua portuguesa é importante, porque é a língua oficial, do trabalho e do ensino e que vai ajudar os alunos nos seus desenvolvimentos acadêmicos e científicos, como se observa na fala de P2 e P4. Dessa ideia compartilha CÁ (2015), quando diz que

Em uma sociedade como Guiné-Bissau, menos letrada, muitos julgam que a língua escrita possui mais valor que as outras formas de interação, já que organiza e armazena os conhecimentos humanos; assim, as línguas expressas somente pela oralidade são desvalorizadas pelas elites e poder público do nosso país (CÁ, 2015, p.78).

Sendo assim, é nítido o valor que é dado à língua portuguesa no ensino, mesmo não sendo a língua da maioria da população, pois é uma língua à qual é atribuído um valor muito mais elevado em relação à língua guineense, que é uma língua que produz/reproduz os conhecimentos ou tradição oral guineense e ajuda nas incompreensões do conteúdo, assim como foi pontuado pelo P1, que a língua guineense ajuda no esclarecimento ou na explicação do conteúdo. Por outro lado, o P3, embora acredite que a língua guineense tem bastante influência

na escola, na sua visão a língua portuguesa está ganhando muito espaço na escola.

Levando em consideração a análise das informações que obtivemos dos nossos entrevistados sobre o ensino da língua portuguesa e a resistência da língua guineense no espaço escolar, é possível compreender o papel preponderante da língua guineense na escola Padre Leopoldo Pastori, mesmo sem nenhum status de oficialidade nesse país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o embasamento teórico sobre o tema e os dados coletados, compreende-se que o ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau se encontra em um contexto muito complexo devido à diversidade linguística do país. Conforme descrevemos no nosso trabalho, o objetivo geral foi descrever a resistência da língua guineense no espaço escolar, sendo assim os resultados obtidos apontaram os aspectos que levam a língua guineense a resistir no espaço escolar.

A língua portuguesa, apesar de ter um status de oficialidade no país, ainda é um ponto complexo no sistema da educação guineense no âmbito de ensino e aprendizagem, visto que ainda é uma língua que se distancia da base familiar de muitos guineenses e isso dificulta a aprendizagem por parte dos alunos.

Nas respostas que obtivemos dos nossos questionados, principalmente na segunda e na última questão, os professores evidenciaram os motivos que levam a língua guineense a resistir no espaço escolar, isto é, por ser a língua materna de maioria dos alunos desta escola, por ser a língua que os alunos sentem livres ao expressarem seus pensamentos e pelo fato dela ser a língua mais falada na sociedade guineense.

Por outro lado, observamos as respostas de alguns professores que defendem a utilização da língua portuguesa no ensino, visto que é a língua oficial do país. Sobre isso, reconhecemos que o português é importante no ensino, no entanto precisa caminhar a par da língua guineense no contexto escolar, acreditamos que o contrário disso, um ensino que se centra em uma única língua e na proibição de uso das línguas maternas, limita ainda muitos alunos na sala de aula.

Dessa forma, faz-se necessário pensar em políticas para definir a posição da língua guineense no contexto escolar, já que é a língua mais utilizada no território nacional guineense. Compreendemos que a língua guineense não apresenta produção de gramática normativa, mas é uma língua plena de comunicação e que tem suas regras, como qualquer outra língua, por isso, acreditamos que a inserção da língua guineense no ensino guineense poderá contribuir para um

ensino de qualidade na Guiné-Bissau. Ou seja, o ensino bilíngue na Guiné-Bissau faria diferença no processo de ensino e aprendizagem guineense.

A partir dos dados, concluímos, também, que alguns professores fazem o uso da língua guineense na sala de aula, a fim de ajudar os alunos na compreensão do conteúdo. Nota-se que essa é uma estratégia significativa no desenvolvimento do ensino guineense. Na fala do P1, em resposta dada à segunda questão, ele fala que é preciso um currículo adequado ao ensino guineense e acredita que há falta de ensinar a língua guineense como a segunda língua. Diante disso, observa-se que existem grandes dificuldades para a língua portuguesa exercer função da língua dominante no espaço escolar ou estar na mesma posição com a língua guineense, uma vez que o ensino da língua portuguesa nesse país ou nesse contexto escolar é um ensino que não contempla a realidade diversificada desses alunos.

Portanto, entendemos que uma língua para ensino precisa ser uma língua que se adequa à realidade social dos alunos, que não crie dificuldades ao passar o conhecimento, uma língua que informa, que interage e integra os alunos, como também o professor. Nota-se que todos os professores participantes confirmaram que a língua guineense está presente diariamente na escola Padre Leopoldo Pastori, como também mostraram que a língua guineense ajuda na compreensão do conteúdo. Logo, o que podemos perceber é que a língua guineense serve de ferramenta essencial no ensino guineense e se sustenta no ensino da língua portuguesa na Guiné-Bissau, resistindo, assim, a todas às ações de proibição de seu uso nos espaços escolares.

REFERÊNCIAS

ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo; TIMBANE, Alexandre António; QUEBI, Duarte Olossato. **As políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno**. Revista Internacional em Língua Portuguesa, n. 31, p. 21-44, 2017.

ANTUNES, I. In: **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003,

ANTUNES. Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BENTO, C. I. da S. **Aquisição de Português Língua Não Materna – o conjuntivo na interlíngua de falantes nativos de neerlandês**. 2013. 74 f. Dissertação (Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) -Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- FCSH, Lisboa,2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma. Revista Eletrônica

dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80 www.emtese.ufsc.br

CA, Virginia Jose Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015.

COUTO, Hildo Honório do; EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. PAPIA: Revista Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, v. 20, p. 11-253, 2011.

CRESWELL, John W. **PROJETO DE PESQUISA: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. -Porto Alegre: Artmed,2007.

DJALÓ, Mamadú Saliu. **Plenitude e funcionalidade da língua Guineense: um estudo sociolinguístico sob a perspectiva dos usuários**. 2023.

DOS REIS GROSSO, Maria José. **Língua de acolhimento, língua de integração**. Revista Horizontes de linguística aplicada, v. 9, n. 2, p. 61-61, 2010.

EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional**. Papiá, v. 18, p. 101-107, 2008.

ENCANHA, Vania Imbali. **O ensino da língua Portuguesa na Guiné Bissau: uma análise do Programa de ensino da Língua Portuguesa nas escolas públicas de Guiné-Bissau-Kwame N" Krumah, Rui Barcelo da Cunha e Agostinho Neto**. 2018.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). **Métodos de pesquisa**. Plageder.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo Atlas, 2008.

IE, David Ie. **Ensino de língua no contexto plurilíngue: caso Guiné-Bissau, uma abordagem para aprender a língua portuguesa**. Caderno de Ensino, Linguagens e suas Tecnologias, v. 3, n. 6, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Recenseamento geral de população e habitação Guiné-Bissau: Línguas faladas por sexo. Bissau, 2009. Disponível em: < <http://www.stat-guinebissau.com/publicacao/deficientes.pdf>>. p. 19-105.

República da Guiné-Bissau, Boletim Oficial, 12 de novembro de 2007.

SALDANHA, Maurilho da Silva. **Educação e ensino em contexto multilíngue: as possibilidades de um ensino bilíngue na Guiné-Bissau**. 2019.

TIMBANE, Alexandre António; NAMONE, Dabana. **Tensão entre escrita e oralidade no ensino- aprendizagem do português na etnia Balanta Brassá (Tombali) da Guiné-Bissau**. Revista (Entre Parênteses), v. 7, n. 1, 2018.